

RECURSO ESPECIAL Nº 1.705.729 - SC (2017/0273514-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : PEDRO JEREMIAS
RECORRENTE : DIMIAN ELDER ROSINI
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIMIAN ELDER ROSINI - DEFENSOR DATIVO - SC038095
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

PENAL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DA TABELA DA OAB. PLEITO DE FIXAÇÃO DE ACORDO COM A TABELA DA OAB. INTERPRETAÇÃO DO ART. 22, § 1º E 2º, DO ESTATUTO CONSENTÂNEA COM AS CARACTERÍSTICAS DA ATUAÇÃO DO DEFENSOR DATIVO. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO DA TABELA PRODUZIDA PELAS SECCIONAIS. TESE FIXADA EM RECURSO REPETITIVO. RESP 1656322/SC E RESP 1665033/SC. **TEMA 984**. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela defesa de **PEDRO JEREMIAS** e por seu advogado dativo **DIMIAN ELDER ROSINI**, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 357-358):

"APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO PELO EMPREGO DE ARMA E CON- CURSO DE AGENTES (ART. 157, § 2º, I E II, DO CP) E CORRUPÇÃO DE MENORES (ART. 244-B DA LEI N. 8.069/90). SENTENÇA CONDENATÓRIA. INSURGÊNCIA DEFENSIVA.

ROUBO. PLEITO ABSOLUTÓRIO PELA CARÊNCIA DE PROVAS JUDICIAIS A EMBASAR O ÉDITO CONDENATÓRIO. IMPERTINÊNCIA. DEPOIMENTOS SOB CONTRADITÓRIO DOS POLICIAIS RESPONSÁVEIS PELAS INVESTIGAÇÕES, ALIADOS ÀS DECLARAÇÕES PRESTADAS PELAS VÍTIMAS EM SEDE POLICIAL, QUE BEM DEMONSTRAM A AUTORIA DELITIVA. VALIDADE E ROBUSTEZ NO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO. DESCRIÇÃO PRECISA DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS ASSALTANTES. MERA INOBSERVÂNCIA ÀS DIRETRIZES DO ART. 226 DO CPP QUE NÃO IMPLICA

NULIDADE. ABSOLVIÇÃO INVIÁVEL.

CORRUPÇÃO DE MENORES. CRIME FORMAL. CONFIGURAÇÃO PELA SIMPLES PRÁTICA DE ILÍCITO NA COMPANHIA DE PESSOA DE MENOS DE DEZOITO ANOS DE IDADE. PRESCINDIBILIDADE DE PROVA DA ANTERIOR INOCÊNCIA E DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO MENOR. CONDENAÇÃO MANTIDA.

DOSIMETRIA.

ROUBO. PRIMEIRA FASE. CULPABILIDADE AFASTADA PELA OFENSA AO PRINCÍPIO DO NON BIS IN IDEM AO FUNDAMENTAR O INCREMENTO NA VIOLÊNCIA EXCESSIVA EMPREGADA NA AÇÃO CRIMINOSA. MOTIVAÇÃO JÁ UTILIZADA NO VETOR CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. AFASTAMENTO QUE SE IMPÕE. MÁ CONDUTA SOCIAL VALORADA PELA EXISTÊNCIA DE CONDENAÇÃO PENAL POR FATO POSTERIOR. INVIABILIDADE. ENUNCIADO SUMULAR 444 DO STJ. EXCLUSÃO NECESSÁRIA. PENA-BASE REDIMENSIONADA. SEGUNDA FASE. REINCIDÊNCIA. PLEITO DE REDUÇÃO DO PATAMAR DE AUMENTO. DESCABIMENTO. PARÂMETRO DE AGRAVAMENTO DA PENA QUE SE INSERE NA ESFERA DE DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO. PRETENDIDA EXCLUSÃO DA AGRAVANTE PREVISTA NO ART. 62, INCISO I, DO CP. INEXISTÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES PARA INDICAR A POSIÇÃO DE COMANDO DO ACUSADO. TERCEIRA FASE. CAUSAS DE AUMENTO RELATIVAS AO EMPREGO DE ARMA E AO CONCURSO DE AGENTES. INCREMENTO DA REPRIMENDA EM TRÊS OITAVOS ESCORREITAMENTE FUNDAMENTADO. SÚMULA 443 DO STJ OBSERVADA.

CORRUPÇÃO DE MENORES. EXCLUSÃO DO VETOR CONDUTA SOCIAL CONFORME DECOTE NA DOSIMETRIA DA PENA DE ROUBO. READEQUAÇÃO DA SANÇÃO.

REGIME INICIAL FECHADO. QUANTUM DA PENA, MULTIRREINCIDÊNCIA DO AGENTE E PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL QUE JUSTIFICAM A FIXAÇÃO DO REGIME MAIS GRAVOSO (ART. 33, §§ 2º E 3º, DO CP).

PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO PONTUAL.

REMUNERAÇÃO ESTABELECIDA AO DEFENSOR DATIVO NOMEADO NA ORIGEM. NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO DE ACORDO COM O TRABALHO EMPREGADO.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO."

Consta dos autos que o primeiro recorrente foi condenado à pena

definitiva total para 15 (quinze) anos, 6 (seis) mês e 20 (vinte) dias de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso nas sanções dos arts. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal e 244-B da Lei n. 8.069/1990, na forma do art. 69 do CP.

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** deu parcial provimento ao apelo interposto, afastando as circunstâncias judiciais de culpabilidade e conduta social, além da agravante prevista no art. 62, inciso I, do Código Penal, concluindo que a pena total definitiva irrogada ao apelante seria de 11 (onze) anos, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, aplicando-se a majoração da verba honorária ao defensor dativo para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente sustentou, além da divergência jurisprudencial, a violação ao: art. 155 do Código Penal, pela inexistência de prova judicial para a condenação; arts. 59 e 157 do Código Penal, pois o vetor circunstâncias do crime foi fundamentado na violência empregada as condutas descritas na denúncia, o que é elementar do tipo penal, implicando **bis in idem**; art. 61, inc. I, do Código Penal, para revisar a agravante da reincidência, ponderada desproporcionalmente, acima de 1/6; art. 157, §2º, do CP, impondo-se minorar a pena quanto ao aumento realizado em 3/8 na terceira fase de dosimetria da pena, pois o uso de arma de fogo e concursos de pessoas são fatores normais à espécie.

Por fim, requereu a revisão da fixação de honorários assistenciais do advogado dativo, conforme a tabela da OAB/SC de 2014, ou seja, de, no mínimo, R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 410-427), o recurso foi admitido na origem e os autos ascenderam a esta eg. Corte de Justiça.

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo parcial provimento do recurso especial (fls 442-454).

Na decisão monocrática de lavra do Eminentíssimo Min. **Felix Fischer**, fls. 457-459, o recurso especial foi conhecido em parte e, na extensão, negado-lhe provimento, bem como determinado o **sobrestamento** dos autos na Coordenadoria

da Quinta Turma até o julgamento do RESP 1.656.322/SC e RESP 1.665.033/SC, afetados como repetitivos (**Tema 984**), cuja questão submetida a julgamento foi a seguinte: obrigatoriedade ou não de serem observados, em feitos criminais, os valores estabelecidos na tabela organizada pelo respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados a título de verba advocatícia devida a advogados dativos.

É o relatório.

Decido.

Como relatado, é objeto do recurso especial o pedido de revisão da fixação de honorários assistenciais do advogado dativo, conforme a tabela da OAB/SC de 2014, ou seja, de, no mínimo, R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Discute-se nestes autos à tese da obrigatoriedade ou não de serem observados, em feitos criminais, os valores estabelecidos na tabela organizada pelo respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados a título de verba advocatícia devida a advogados dativos.

Acerca do tema, **ressai dos argumentos que embasaram o acórdão de origem**, ao julgar o recurso de apelação, que:

"6. Da remuneração do defensor dativo:

No que diz ao valor da remuneração do defensor nomeado, não se ignora a aparente contrariedade que tem existido entre o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça - no sentido de que "o defensor dativo nomeado para atuar em feitos criminais tem direito à verba advocatícia a ser fixada em observância aos valores estabelecidos na tabela organizada pelo respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados" (AgInt no REsp n. 1 650.552/SC, rel^a Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, j. 7.3.2017) - e aquele reiterada mente estabelecido pelos órgãos julgadores criminais deste Tribunal de Justiça do Estado.

Essa dissonância, sem embargo, encontra fundamento na manifesta desproporcionalidade que a compreensão do tribunal de convergência viria a ocasionar, inclusive com nefasto desfalque ao erário, especificamente nesta unidade da Federação frente às peculiaridades que aqui existem. Como bem tem afirmado o eminente Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho:

"O art. 22 do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil dispõe que 'a prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência'.

O seu § 1º trata da defensoria dativa, determinando que 'o advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado'.

Tendo em vista a previsão legal e a inconstitucionalidade do art. 104 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar Estadual n. 155/97, passou-se a argumentar que seria devido o emprego, para fixação da verba honorária, da tabela de honorários da OAB/SC.

Inicialmente, o Superior Tribunal de Justiça se manifestou pela pertinência da tabela organizada pelo Conselho Seccional, entretanto ressaltou que tal parâmetro é apenas orientador, não vinculando o magistrado. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TABELA DA OAB. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DA RESOLUÇÃO. NÃO INCLUSÃO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL.

1. O advogado dativo nomeado na hipótese de não existir Defensoria Pública no local da prestação do serviço faz jus aos honorários fixados pelo juiz, pagos pelo Estado, de acordo com os valores fixados na tabela da OAB. Todavia, a Tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB tem natureza orientadora, não vinculando o julgador, devendo ser ajustável à realidade fática de cada caso. Precedentes [...]. (AgRg no REsp n. 1.347.595/SE, rei. Min. Humberto Martins, j. em 20/11/2012)

Assim tem decidido este Tribunal:

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (LEI 11.343/06, ART. 33, CAPUT). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DO ACUSADO. [...]. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSOR DATIVO NOMEADO PARA ATUAR NO FEITO. PARÂMETROS DOS ARTS. 85, §§ 2º E 8º, DO CPC C/C O 3º

DO CPP.

[...]

4. Após a declaração de inconstitucionalidade e a posterior perda de eficácia da Lei Complementar Estadual 155/97, a remuneração do defensor dativo deve ser fixada de acordo com o labor desempenhado, o grau de zelo profissional, o tempo e o local exigido para a prestação do serviço e a complexidade do caso concreto, sem a necessidade de vinculação obrigatória à tabela de honorários divulgada pela OAB/SC.

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação

n. 0004408-25.2013.8.24.0005, de Balneário Camboriú, rei. Des. Sérgio Antônio Ri- zelo, j. em 26/4/2016)

Ainda: Apelação n. 0000765-04.2013.8.24.0088, de Lebon Régis, rei. Des. Rui Fortes, j. em 27/4/2016; Apelação Criminal n. 2014.009330-7, de Criciúma, rei. Des. Volnei Celso Tomazini, j. em 1º/7/2014; e Apelação Crimi- nal n. 2014.029340-2, de Garuva, rei. Des. Sérgio Rizelo, j. em 10/6/2014.

Ocorre que, posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que '[...] defensor dativo nomeado para atuar em feitos cri- minais tem direito à verba advocatícia a ser fixada em observância aos valo- res estabelecidos na tabela organizada pelo respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados' (AgRg no REsp n. 1.534.898/SC, rela. Mina. Maria Thereza de Assis Moura, j. em 1/9/2015).

Na mesma linha: STJ, AgRg no REsp n. 1.453.532/ES, rei. Min. Gurgel de Faria, j. em 4/8/2015; e REsp n. 1.377.798/ES, rei. Min. Rogério Schietti Cruz, j. em 19/8/2014.

Dada a complexidade do tema, a Seção Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na sessão realizada no dia 27 de março de 2013, debateu a necessidade de harmonizar o procedimento a ser adotado para a nomeação e remuneração dos defensores dativos.

Na oportunidade, considerando (a) a decisão do Supremo Tribunal Fe deral, que declarou inconstitucional o art. 104 da Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Complementar Estadual n. 155/97, (b) a superação do interstício estabelecido para a produção de efeitos, (c) a incapacidade mo- mentânea de a Defensoria Pública de Santa Catarina suprir a demanda por defensores dativos, (d) a obrigação dos advogados de prestar assistência ju- diciária aos necessitados, (e) o seu direito a justa remuneração, e (f) o caráter meramente orientador da Tabela de honorários da OAB/SC, entendeu perti- nente, enquanto não for possível o atendimento pela Defensoria Pública de Santa Catarina, a nomeação de advogado para atuar como defensor dativo, cuja verba honorária deverá ser fixada de forma equitativa, nos moldes do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973 c/c o art. 3º do Código de Pro- cesso Penal.

Com o advento do Novo Código de Processo Civil, os comandos da Lei Adjetiva anterior foram absorvidos pelo art. 85, §§ 2º e 8º:

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

- I - o grau de zelo do profissional;
- II - o lugar de prestação do serviço;
- III - a natureza e a importância da causa;
- IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido

para o seu serviço.

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, a-inda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Esse posicionamento sopesa, ademais, que os valores constantes da tabela de honorários da OAB/SC em muito se distanciam daqueles que seri-am alcançados pelo sistema anterior, regrado pela concessão de URHs (LCE n. 155/97), de modo a tornar duvidosa a capacidade do Estado de suportá- los, além de não serem compatíveis aos praticados por outras seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.

Para exemplificar, verifica-se que o valor comparativo para atuação em processo penal comum, segundo a LCE n. 155/97, era de R\$ 1.521,00 (um mil, quinhentos e vinte e um reais), enquanto o valor mínimo da Tabela de Honorários da OAB/SC é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Na hipótese, é possível perceber a desproporcionalidade dos valores estabelecidos pela Seccional Catarinense da OAB com as tabelas de outras Seccionais para a mesma atuação, como por exemplo: OAB/SP (R\$ 4.253,68) e OAB/PR (R\$ 3.300,00).

Como se vê, ainda que ponderadas as desigualdades econômicas e culturais, bem como os diferentes custos a serem suportados em cada Estado, os valores estabelecidos pela OAB/SC são claramente excessivos.

Não pode ser olvidado, também, que a atribuição de efeito vinculante às tabelas de honorários das Seccionais da OAB redunde, malgrado o disposto no art. 22, § 1º, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, na sujeição da Administração Pública a parâmetro remuneratório fixado por entidade sui generis, que não integra a Administração Indireta, em virtual afronta ao princípio da legalidade.

Não se vislumbra, portanto, ser devida a superação do posicionamento desta Corte e a conseqüente alteração dos parâmetros adotados, que se amoldam com mais pertinência às circunstâncias de cada caso concreto, bem como à realidade econômica do Estado de Santa Catarina e do mercado.

Com efeito, em atenção aos critérios estampados no art. 85, §§ 2º e 8º, do Novo Código de Processo Civil - apreciação equitativa de acordo com o grau de zelo do profissional, lugar de prestação do serviço, natureza e impor- tância da causa, trabalho realizado pelo advogado e tempo exigido para o seu serviço -, e considerando a atuação suplementar neste Grau de Jurisdição é devida a majoração da verba honorária em R\$ 500,00 (quinhentos reais), que, somados aos R\$ 1.140,75 (mil, cento e quarenta reais e setenta e cinco cen- tavos) estipulados pelo Magistrado a quo (fl. 150), totalizam R\$ 1.640,75 (mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos), remuneração

ade- quada para o trabalho desempenhado pelo defensor." (Apelação Criminal n. 0008723-91.2016.8.24.0005, rei. Des. Moacyr de Moraes Lima Filho, Terceira Câmara Criminal, j. 28.3.2017)

Assim, à vista da atuação do profissional no processo, nos moldes do atual art. 85, § 8º, do CPC c/c art. 3º do CPP, considerando o tempo e trabalho presumivelmente despendidos, e ainda a atividade afeta ao presente recurso (§§ 1º e 11 do art. 85 do CPC), majora-se a verba honorária para o valor (global) de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

5. Ante o exposto, o voto é no sentido de dar parcial provimento ao recurso para afastar as circunstâncias judiciais de culpabilidade e conduta social, além da agravante prevista no art. 62, inciso I, do Código Penal, readequando-se a pena total definitiva irrogada ao apelante para 11 (onze) anos, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de reclusão e 15 (quinze) dias-multa. Vota-se, ainda, pela majoração da verba honorária ao defensor dativo para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)." (fls. 378-381)

Sobre o tema, a Terceira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1656322/SC e REsp 1665033/SC, Tema n. **984**, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, afetado em 22/11/2017, decidiu sobrestar o julgamento dos processos que versem sobre essa questão até decisão definitiva desta Corte.

A Terceira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, na data de 23/10/2019, julgou os Recursos Repetitivos referentes ao tema (n. **984**) em questão, fixando a tese de que *"as tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos Conselhos Seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado"*. (REsp 1656322/SC, **Terceira Seção**, Rel. Ministro **Rogerio Schietti Cruz**, DJe 04/11/2019).

Ademais, na decisão citada, firmou-se o entendimento de que nas hipóteses em que o juiz da causa considerar desproporcional a quantia indicada na tabela da OAB em relação aos esforços despendidos pelo defensor dativo para os atos processuais praticados, poderá, motivadamente, arbitrar outro valor.

Eis a ementa do acórdão supramencionado:

"RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DE DEFENSOR DATIVO INDICADO PARA ATUAR EM PROCESSO PENAL. SUPERAÇÃO JURISPRUDENCIAL (OVERRULING). NECESSIDADE. VALORES PREVISTOS NA TABELA DA OAB. CRITÉRIOS PARA PRODUÇÃO DAS TABELAS. INTERPRETAÇÃO DO ART. 22, § 1º E 2º, DO ESTATUTO CONSENTÂNEA COM AS CARACTERÍSTICAS DA ATUAÇÃO DO DEFENSOR DATIVO. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO DA TABELA PRODUZIDA PELAS SECCIONAIS. TESES FIXADAS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. É possível, e mesmo aconselhável, submeter o precedente a permanente reavaliação e, eventualmente, modificar-lhe os contornos, por meio de alguma peculiaridade que o distinga (distinguishing), ou que o leve a sua superação total (overruling) ou parcial (overturning), de modo a imprimir plasticidade ao Direito, ante as demandas da sociedade e o dinamismo do sistema jurídico.

2. O entendimento da Terceira Seção do STJ sobre a fixação dos honorários de defensor dativo demanda uma nova compreensão - a exemplo do que já ocorre nas duas outras Seções da Corte -, sobretudo para que se possa imprimir consistência e racionalidade sistêmica ao ordenamento, fincadas na relevante necessidade de definição de critérios mais isonômicos e razoáveis de fixação dos honorários, os quais, fundamentais para dar concretude ao acesso de todos à justiça e para conferir dignidade ao exercício da Advocacia, devem buscar a menor onerosidade possível aos cofres públicos.

3. Se a prestação de serviços públicos em geral depende da transferência de recursos obtidos da sociedade, é impositivo que tal captação se submeta a uma gestão orçamentária específica de gastos, que deverá ser orientada, sobretudo, pelos próprios princípios administrativos limitativos (entre os quais a economicidade e do equilíbrio das contas).

4. Há que se compatibilizar o postulado constitucional de universalização do acesso ao Judiciário, previsto no art. 5º, LXXIV -precipuaamente quando o patrocínio do hipossuficiente é feito pela Defensoria Pública (art. 134 da CF) - com as hipóteses em que a própria deficiência estrutural dessa instituição obriga o Estado a socorrer-se de defensores dativos, situação em que ainda há prevalência do interesse público, isto é, do bem comum que se sobrepõe ao individual.

5. A inexistência de critérios para a produção das

tabelas fornecidas pelas diversas entidades representativas da OAB das unidades federativas acaba por resultar na fixação de valores díspares pelos mesmos serviços prestados pelo advogado. Além disso, do confronto entre os valores indicados nas tabelas produzidas unilateralmente pela OAB com os subsídios mensais de um Defensor Público do Estado de Santa Catarina, constata-se total descompasso entre a remuneração por um mês de serviços prestados pelo Defensor Público e o que perceberia um advogado dativo, por atuação específica a um ou outro ato processual.

6. É indiscutível, ante a ordem constitucional vigente, que a atuação do defensor dativo é subsidiária à do defensor público. Não obstante, essa não é a realidade de muitos Estados da Federação, nos quais a atuação da advocacia dativa é francamente majoritária, sobretudo pelas inúmeras deficiências estruturais que ainda acometem as Defensorias Públicas. Nesse cenário, a relevância da participação da advocacia é reconhecida não só por constituir função indispensável à administração da justiça, mas também por ser elemento essencial para dar concretude à garantia fundamental de acesso à justiça. Tal situação, ao mesmo tempo que assegura a percepção de honorários pelos profissionais que atuam nessa qualidade, impõe equilíbrio e razoabilidade em sua quantificação.

7. O art. 22 do Estatuto da OAB assegura, seja por determinação em contrato, seja por fixação judicial, a contraprestação econômica indispensável à sobrevivência digna do advogado, hoje considerada pacificamente como verba de natureza alimentar (Súmula Vinculante n.

47 do STF). O caput do referido dispositivo trata, de maneira geral, do direito do advogado à percepção dos honorários. O parágrafo primeiro, por sua vez, cuida da hipótese de defensores dativos, aos quais devem ser fixados os honorários segundo a tabela organizada pela Seccional da OAB. Já o parágrafo segundo abarca as situações em que não há estipulação contratual dos honorários convencionais, de modo que a fixação deve se dar por arbitramento judicial.

8. A condição sui generis da relação estabelecida pelo advogado e o Estado, não só por se tratar de particular em colaboração com o Poder Público, mas também por decorrer de determinação judicial, a fim de possibilitar exercício de uma garantia fundamental da parte, implica a existência, ainda que transitória, de vínculo que o condiciona à prestação de uma atividade em benefício do interesse público. Em outras palavras, a hipótese do parágrafo primeiro abrange os casos em que não é possível celebrar, sem haver previsão legal, um contrato de honorários convencionais com o Poder Público.

O parágrafo segundo, por sua vez, compreende justamente os casos em que, a despeito de possível o contrato de honorários convencionais, tal não se dá, por qualquer motivo.

9. O arbitramento judicial é a forma de se mensurarem, ante a ausência de contratação por escrito, os honorários devidos. Apesar da indispensável provocação judicial, não se confundem com os honorários de sucumbência, porquanto não possuem natureza processual e independem do resultado da demanda proposta. Especificamente para essa hipótese é que o parágrafo segundo prevê, diversamente do que ocorre com o parágrafo primeiro, que os valores a serem arbitrados não poderão ser inferiores aos previstos nas tabelas da Seccionais da OAB. Assim, há um tratamento explicitamente distinto para ambos os casos.

10. A utilização da expressão "segundo tabela organizada", prevista no primeiro parágrafo do art. 22 do Estatuto da OAB, deve ser entendida como referencial, visto que não se pode impor à Administração o pagamento de remuneração com base em tabela produzida unilateralmente por entidade representativa de classe de natureza privada, como contraprestação de serviços prestados, fora das hipóteses legais de contratação pública. Já a expressão "não podendo ser inferiores", contida no parágrafo segundo, objetiva resguardar, no arbitramento de honorários, a pretensão do advogado particular que não ajustou o valor devido pela prestação dos serviços advocatícios.

11. A contraprestação por esses serviços deve ser justa e consentânea com o trabalho desenvolvido pelo advogado, sem perder de vista que o próprio Código de Ética e Disciplina da OAB prevê, em seu art. 49, que os honorários profissionais devem ser fixados com moderação, levando em conta os diversos aspectos que orbitam o caso concreto. O referido dispositivo estabelece alguns critérios para conferir maior objetividade à determinação dos honorários, considerando elementos como a complexidade da causa e sua repercussão social, o tempo a ser empregado, o valor da causa, a condição econômica do cliente, a competência e a expertise do profissional em assuntos análogos. A intenção de se observarem esses critérios é a de que os honorários sejam assentados com razoabilidade, sem serem módicos a ponto de aviltarem a nobre função advocatícia, nem tampouco serem exorbitantes de modo a onerarem os cofres públicos e, consequentemente, a sociedade.

12. Na mesma linha se encontram as diretrizes preconizadas pelo Código de Processo Civil (art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC), que, ao tratar de forma mais abrangente os honorários,

prestigia o direito do advogado de receber a devida remuneração pelos serviços prestados no processo, sempre com apoio nas nuances de cada caso e no trabalho desempenhado pelo profissional. As balizas para o estabelecimento dos honorários podem ser extraídas do parágrafo segundo, o qual estabelece que caberá ao próprio juiz da demanda fixar a verba honorária, em atenção a todos os aspectos que envolveram a demanda.

O parágrafo oitavo ainda preconiza que, "nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º".

13. Na linha de precedentes das Seções de Direito Público, a tabela de honorários produzida pela OAB deve servir apenas como referencial, sem nenhum conteúdo vinculativo, sob pena de, em alguns casos, remunerar, com idêntico valor, advogados com diferentes dispêndios de tempo e labor, baseado exclusivamente na tabela indicada pela entidade representativa.

14. Na hipótese, a despeito de haver levado em conta todo o trabalho realizado e o zelo demonstrado pelo causídico, valeu-se, exclusivamente, das normas processuais que tratam dos honorários, sem, contudo, considerar, como referência, aqueles fixados pela tabela da OAB. Embora não vinculativos, como realçado pelo decisum, nos casos em que o o juiz da causa considerar desproporcional a quantia indicada na tabela da OAB em relação aos esforços despendidos pelo defensor dativo para os atos processuais praticados, deverá, motivadamente, arbitrar outro valor, com a devida indicação dessa desproporcionalidade.

15. Recurso parcialmente provido para que o Tribunal de origem faça uma nova avaliação do quantum a ser fixado a título de honorários, em consonância com as diretrizes expostas alhures.

16. Proposta a fixação das seguintes teses: 1ª) As tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos Conselhos Seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado; 2ª) Nas hipóteses em que o juiz da causa considerar desproporcional a quantia indicada na tabela da OAB em relação aos esforços despendidos pelo defensor dativo para os atos processuais praticados, poderá, motivadamente, arbitrar outro valor; 3ª) São, porém, vinculativas, quanto aos valores estabelecidos para os atos praticados por

defensor dativo, as tabelas produzidas mediante acordo entre o Poder Público, a Defensoria Pública e a seccional da OAB. 4ª) Dado o disposto no art. 105, parágrafo único, II, da Constituição da República, possui caráter vinculante a Tabela de Honorários da Justiça Federal, assim como tabelas similares instituídas, eventualmente, pelos órgãos competentes das Justiças dos Estados e do Distrito Federal, na forma dos arts 96, I, e 125, § 1º, parte final, da Constituição da República." (REsp 1656322/SC, Terceira Seção, Rel. Ministro **Rogério Schietti Cruz**, DJe 04/11/2019, grifei).

Assim, nos termos do entendimento acima esposado, nada há a ser alterado no acórdão reprochado, no qual a verba honorária restou majorada, para valor inferior a tabela da OAB, em decisão devidamente fundamentada.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea **b**, do Código de Processo Civil, 256-R, inciso I e 255, §4º, inciso II, ambos do RISTJ, **nego provimento ao recurso especial**, nos termos da fundamentação.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator